



**CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE
OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, PARA O ANO DE 2015.**

CFO/2015 – PROVA “A” - AZUL

(Edital DRH/CRS nº 05/2014, de 30 de maio de 2014)

Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Penal Militar, Direito Penal, Direito Processual Penal Militar, Direito Processual Penal, Direito Administrativo e Legislação Extravagante e Institucional

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

DATA: 28/09/2014

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra esse caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões valendo 5,0 (cinco) pontos cada e valor total de 200 (duzentos) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização das provas de conhecimentos (objetiva e dissertativa) será de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento da folha de respostas e transcrição da redação.
8. A folha de respostas será recolhida após decorridos 03 (três) horas de prova.
9. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios digitais ou outros similares.
10. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, depois de transcorrido o tempo mínimo de 1h, e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de redação e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.

LÍNGUA PORTUGUESA

Fidelidade ou lealdade?

IVAN MARTINS

Nos últimos dias, ando apaixonado pela palavra “lealdade”. Deve ser por causa de um livro que estou terminando, um romance sobre antigos amigos e amantes que voltam a se encontrar e precisavam acertar suas diferenças. Eles já não se gostam, mas confiam um no outro. Eles deixaram de se amar, mas ainda se protegem mutuamente. Isso é lealdade, em uma de suas formas mais bonitas. Lealdade ao que fomos e sentimos.

Ao ler o romance, me ocorreu que amar é fácil. Tão fácil que pode ser inevitável. A gente ama quem não merece, ama quem não quer nosso amor, ama a despeito de nós mesmos. Tem a ver com hormônios, aparência e sensações que não somos capazes de controlar. A lealdade não. Ela não é espontânea e nem barata. Resulta de uma decisão consciente e pode custar caro. Ela é uma forma de nobreza e tem a ver com sacrifício. Não é uma obrigação, é uma escolha que mistura, necessariamente, ideias e sentimentos. Na lealdade talvez se manifeste o melhor de nós. (...)

A lealdade está amparada em valores, não apenas em sentimentos. É fácil cuidar de alguém quando se está apaixonado. Mais fácil que respirar, na verdade. Mas o que se faz quando os sentimentos desaparecem – somem com eles todas as responsabilidades em relação ao outro? Sim, ao menos que as pessoas sejam movidas por algo mais que a mera atração. Se não partilham nada além do desejo, nada resta depois do romance. Mas, se houver cumplicidades maiores, então se manifesta a lealdade. (...)

O romantismo, embora a gente não o veja sempre assim, é uma forma exacerbada de egoísmo. Meu amor, minha paixão, minha vida. Minha família, inclusive. Tem a ver com desejo, posse e exclusividade, que tornam a infidelidade insuportável, a perda intolerável. As pessoas matam por isso todos os dias. Porque amam. É um sentimento que não exige elevação moral e pode colocar à mostra o pior de nós mesmos, embora pareça apenas lindo. (...)

Talvez devêssemos pensar de forma mais generosa. Talvez precisemos nos apaixonar por ideias, nos ligar por compromissos, cultivar sonhos e aspirações que estejam além dos nossos interesses pessoais. Correr riscos maiores que o de ser traído ou demitido. O idealismo, que tem sido uma força de mudança na conduta humana, precisa ser resgatado. Não apenas para salvar o planeta e a sociedade, mas para nos dar, pessoalmente, alguma forma de esperança. A fidelidade nos leva até a esquina. A lealdade talvez nos conduza mais longe, bem mais longe.

Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2014/07/fidelidade-ou-lealdadeb.html>
Acesso em 16/07/2014.

INTERPRETAÇÃO DO TEXTO

1ª QUESTÃO – De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que:

- A. () Na lealdade talvez se transpareça o melhor de nós. Já as pessoas com romantismo exagerado, podem revelar o pior de nós mesmos.
- B. () A lealdade se apoia somente em sentimentos, pois é fácil zelar por outrem quando não se ama.
- C. () Amar é algo escusável devido à falta de autocontrole.
- D. () O romantismo exacerbado cultiva desejos além dos interesses pessoais.

2ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Conforme o texto, o idealismo, como força de mudança na conduta humana:

- A. () está aquém da lealdade.
- B. () deve enjeitar compromissos.
- C. () precisa ser reforçado.
- D. () tem como consequência a exasperação.

GRAMÁTICA

3ª QUESTÃO – Leia o excerto abaixo e marque a alternativa CORRETA.

“O romantismo, embora a gente não o veja sempre assim, é uma forma exacerbada de egoísmo”.

A classificação MORFOLÓGICA dos termos sublinhados é RESPECTIVAMENTE:

- A. () Conjunção coordenada concessiva, artigo definido, substantivo.
- B. () Conjunção subordinada concessiva, pronome oblíquo, adjetivo.
- C. () Conjunção coordenada adversativa, pronome oblíquo, substantivo.
- D. () Conjunção subordinada concessiva, artigo definido, adjetivo.

4ª QUESTÃO – Marque a alternativa cujo sinal indicativo de crase seja OBRIGATÓRIO, preenchendo CORRETAMENTE a lacuna:

- A. () A coordenação do parque decidiu fechá-lo ___ visitas.
- B. () Tomou a medicação gota ___ gota.
- C. () Não me referi ___ Vossa Eminência.
- D. () Não estou falando de todas as mulheres; refiro-me ___ que você ama.

5ª QUESTÃO – Leia o fragmento extraído do conto O MINEIRINHO, de Clarice Lispector, e marque a alternativa CORRETA: “É, suponho que é em mim, **como um dos representantes do nós**, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora”

Qual é a função sintática do termo destacado em negrito?

- A. () Adjunto Adverbial.
- B. () Adjunto Adnominal.
- C. () Aposto.
- D. () Vocativo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

6ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. A Constituição da República poderá ser emendada mediante proposta:

- A. () Do Presidente do Senado.
- B. () Do Presidente da Câmara dos Deputados.
- C. () De mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- D. () De dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

7ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA. Compete ao Conselho Nacional de Justiça:

- A. () Representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
- B. () Processar e julgar, originariamente o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- C. () Processar e julgar, originariamente a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- D. () Fiscalizar a elaboração anual de relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

8ª QUESTÃO – Sobre o Estado de Defesa, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal, que decidirá por maioria absoluta.
- B. () Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, convocará, extraordinariamente, o Congresso Nacional se este estiver em recesso, no prazo de, no máximo, três dias.
- C. () O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de, no máximo, cinco dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.
- D. () Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

9ª QUESTÃO - Nos termos da Constituição Federal de 1988, marque a alternativa em que o dispositivo legal é aplicado aos militares dos Estados:

- A. () O militar em atividade, de qualquer categoria, que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, será transferido, necessariamente, para a reserva, nos termos da lei.
- B. () Aos profissionais de saúde da Polícia Militar havendo a compatibilidade de horários, admite-se a cumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- C. () O militar em atividade, de qualquer categoria, havendo compatibilidade de horários poderá cumular dois cargos públicos.
- D. () Aos profissionais de saúde da Polícia Militar, admite-se a cumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, independentemente da compatibilidade de horários.

10ª QUESTÃO - Nos termos da Constituição Federal de 1988, marque a alternativa que contém dispositivo legal aplicável aos militares estaduais:

- A. () O militar inalistável é elegível, se para sua candidatura for agregado pela autoridade superior independente do tempo de serviço que possuir, e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação para a situação de reformado.
- B. () O militar da ativa investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo militar, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- C. () O militar da ativa investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- D. () O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

DIREITO PENAL MILITAR

11ª QUESTÃO – O Código Penal Militar trata dos crimes militares próprios e dos crimes militares impróprios. Assim, no Estado Democrático de Direito a que estão submetidas todas as Instituições civis e militares brasileiras do século XXI, o “conceito de crime militar”, apenas se satisfaz completamente, quando compreendemos e julgamos a ação humana praticada, em suas dimensões formal, material e constitucional. Partindo dessa afirmativa, marque “V”, para as verdadeiras e “F”, para as falsas:

- () Crime militar, impróprio, pode ser praticado por militar da ativa, reserva, reformado e civil, nas mesmas circunstâncias de tempo, modo e lugar.
- () O civil, em regra, não pratica crime propriamente militar, mas pode praticá-lo por exceção.
- () O tráfico e a posse de entorpecentes, por militar estadual, dentro de Unidade Militar Estadual, embora haja previsão em legislação especial penal comum, pode se constituir em crime militar impróprio.
- () O crime militar praticado em lugar sujeito à administração militar, é causa de agravamento da pena.

Marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- A. () F, V, V, F.
- B. () V, F, F, V.
- C. () F, V, F, V.
- D. () V, F, V, F.

12ª QUESTÃO – Levando em consideração apenas os dispositivos contidos no artigo 9º do Código Penal Militar, Dec. 1001/69-CPM, no seu aspecto meramente formal, sem qualquer interferência de posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, analise as afirmativas abaixo e marque “V”, para as verdadeiras e “F”, para as falsas:

- () O crime de homicídio culposo contra civil, praticado por militar estadual em serviço, será considerado crime militar.
- () O crime de homicídio doloso contra civil, praticado por militar estadual em serviço, será da competência da justiça comum.
- () O crime de homicídio doloso contra militar estadual, praticado por militar estadual em serviço, será considerado crime comum.
- () O crime de homicídio culposo contra militar estadual, praticado por militar estadual em seu período de folga, descanso ou repouso, será considerado crime comum.

Marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETAS, na ordem de cima para baixo.

- A. () F, V, V, F.
- B. () V, V, F, F.
- C. () V, F, F, V.
- D. () F, F, V, V.

13ª QUESTÃO – O Código Penal Militar (CPM), embora elaborado no ano de 1969, teve que se adequar a ordem Constitucional. Neste contexto, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Comete crime de constrangimento ilegal o militar que, no estrito cumprimento do dever legal, mediante uso de força física, retira civil, integrante de torcida organizada, do interior do estádio de futebol, após se envolver em tumulto generalizado.
- B. () Se um militar estadual pratica vários crimes, em momentos e locais diversos, sendo condenado várias vezes, poderá ter sua pena agravada para aplicação de penas futuras, por ser considerado um criminoso “habitual ou por tendência”.
- C. () O civil que esteja na prática de crime permanente de receptação, tráfico de entorpecentes ou extorsão mediante sequestro e venha a ingressar na PMMG por meio de concurso público, poderá responder pela prática de crime militar caso se mantenha na prática dos delitos quando em atividade militar ou em lugar sujeito a administração militar.
- D. () Quando policiais militares encontrarem-se em concurso de agentes, o cabeça será sempre o militar estadual com maior graduação ou posto (superior hierárquico), devendo ser considerado como o mentor intelectual do delito, não importando a participação dos subordinados na ação criminosa.

14ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Um Cabo da Polícia Militar que na presença de um Soldado, também pertencente à mesma Corporação Policial, no interior do quartel, induz um adolescente, de 15 (quinze) anos, a praticar com ele ato de libidinagem, respectivamente, à luz do Código Penal Militar, cometeram:

- A. () Crime de atentado violento ao pudor e crime de pederastia.
- B. () Ambos crime de estupro.
- C. () Crime de pederastia e crime de estupro.
- D. () Ambos crime de corrupção de menores.

15ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. À luz do Código Penal Militar, podemos dizer em relação aos crimes cometidos em coautoria que:

- A. () A punibilidade de qualquer dos concorrentes é dependente da dos outros, determinando-se segundo a sua própria culpabilidade. Não se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- B. () A pena é diminuída em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.
- C. () Reputam-se cabeças os agentes que na pratica de qualquer crime cometido por subordinados provocam, instigam ou excitam a ação.
- D. () Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.

DIREITO PENAL

16ª QUESTÃO - Da conjugação do direito penal com a Constituição Federal de 1988 pode-se extrair a conclusão da existência de princípios constitucionais penais. Alguns são explícitos e outros implícitos. Assim, com fulcro nessa assertiva, marque a alternativa que corresponde ao princípio da ofensividade do fato:

- A. () Cada um responde pelo que fez, na medida da sua culpabilidade. Ninguém pode ser punido no lugar de outra pessoa.
- B. () O fato cometido, para se transformar em fato punível, deve afetar concretamente o bem jurídico protegido pela norma; não há crime sem lesão ou perigo concreto de lesão ao bem jurídico tutelado.
- C. () Somente os bens jurídicos mais relevantes devem merecer a tutela penal. Exclusivamente os ataques mais intoleráveis é que devem ser punidos penalmente.
- D. () Ninguém pode ser punido pelo que pensa (mera cogitação) ou pelo modo de viver. Só responde penalmente quem realiza um fato; está proibido punir alguém pelo seu estilo de vida.

17ª QUESTÃO- A respeito da EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE avalie as assertivas abaixo:

- I - Nos crimes de bigamia e nos de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, da data em que o fato se tornou conhecido.
- II - A decisão confirmatória da pronúncia é uma causa interruptiva da prescrição.
- III - A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

Estão CORRETAS as assertivas:

- A. () III apenas.
- B. () I e II, apenas.
- C. () II apenas.
- D. () I e III, apenas.

18ª QUESTÃO- Marque a alternativa CORRETA que apresenta um dos EFEITOS DA CONDENAÇÃO que é automático, não necessitando ser motivadamente declarado na sentença:

- A. () A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
- B. () A incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado.
- C. () Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- D. () A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

19ª QUESTÃO- Marque a alternativa CORRETA sobre as penas privativas de liberdade.

- A. () O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.
- B. () O condenado a pena superior a 6 (seis) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
- C. () O condenado por crime contra a administração pública não terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado.
- D. () O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 6 (seis), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto.

20ª QUESTÃO- Em relação aos CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Concussão é um crime material que para consumação exige a efetiva obtenção da vantagem indevida.
- B. () Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo, possui a previsão da pena de reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.
- C. () Para que exista o crime de desobediência não é necessário que haja ordem legal emanada de funcionário público competente. A ordem pode ser retransmitida por terceiros, ao destinatário, isto é, àquele que tenha o dever de obedecê-la.
- D. () Não haverá o delito de "dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei", se o desvio de verbas for realizado para evitar danos decorrentes de calamidades públicas como inundações, epidemias, incêndios. O fato, no caso, é típico, mas não é ilícito, ante a presença da excludente da ilicitude (Estado de Necessidade).

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

21ª QUESTÃO – Considerando as disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM), marque a alternativa CORRETA:

- A. () Qualquer pessoa, no exercício do direito de representação, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, dando-lhe informações sobre fato que constitua crime militar e sua autoria, e indicando-lhe os elementos de convicção.
- B. () A autoridade militar poderá mandar arquivar autos de inquérito, desde que conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.
- C. () Apresentada a denúncia, o Ministério Público poderá desistir da ação penal vez que o direito de ação é exercido pelo próprio órgão como representante da lei e fiscal da sua execução.
- D. () O processo inicia-se com a instauração do inquérito, efetiva-se com o recebimento da denúncia pelo juiz e a consequente citação do acusado, e extingue-se no momento em que a sentença definitiva se torna irrecorrível, quer resolva o mérito, quer não.

22ª QUESTÃO – Em conformidade com as disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM), marque a alternativa CORRETA:

- A. () Considera-se representante legal o ascendente ou descendente, tutor ou curador do ofendido, se menor de dezoito anos ou incapaz; e sucessor, o seu ascendente, descendente ou irmão, podendo qualquer deles, sem exclusão dos demais, exercer o encargo, ou constituir advogado para esse fim, cabendo ao juiz a designação ainda que entre eles houver acordo.
- B. () Não poderá atuar como assistente o advogado da Justiça Militar, ainda que não funcione no processo naquela qualidade ou como procurador de qualquer acusado.
- C. () O recurso do despacho que indeferir a assistência não terá efeito suspensivo, processando-se em autos apartados. Se provido, o assistente será admitido ao processo no estado em que este se encontrar.
- D. () O ofendido que for também acusado no mesmo processo poderá intervir como assistente, mesmo se ainda não absolvido por sentença passada em julgado, e lhe será permitido, na qualidade de assistente, com aquiescência do juiz e, ouvido o Ministério Público, propor meios de prova.

23ª QUESTÃO — Conforme o Código de Processo Penal Militar, analise as assertivas abaixo, marque 'V' se for verdadeira ou 'F' se for falsa. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA:

- () Na audiência de instrução e julgamento de crime propriamente militar, estando presente o Conselho de Justiça, sob a presidência do Juiz de Direito, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas de acusação e de defesa, interrogando-se em seguida o acusado.
- () No processo penal militar são admitidas todos os tipos de provas, contudo, de forma taxativa, não são permitidas, somente, as que atentem contra a moral, a saúde ou a segurança individual ou coletiva.
- () A confissão é retratável e divisível, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- () A perícia pode ser determinada pela autoridade policial militar, pela autoridade judiciária, pelo representante do Ministério Público, ou requerida pela defesa do acusado.

- A. () F, V, V, V.
- B. () F, F, V, F.
- C. () V, F, V, V.
- D. () F, F, F, V.

24ª QUESTÃO — No que se refere aos atos probatórios previstos no Código de Processo Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Sendo realizado o exame pericial, admite-se, em qualquer fase da persecução criminal, a formulação de quesitos pelo representante do Ministério Público, pelo ofendido e pelo acusado.
- B. () O comparecimento de militar ou funcionário público será requisitado do respectivo chefe. Se a testemunha tiver patente superior à do presidente do Conselho de Justiça, o depoimento em juízo será substituído por um relatório lavrado pela autoridade militar, com perguntas formuladas pelo Ministério Público e pela Defesa, homologadas pela maioria dos membros do Conselho.
- C. () O interrogatório do réu é ato privativo do juiz, não podendo haver interferência de qualquer outra pessoa no ato. Caso o réu esteja preso, o interrogatório será realizado no quartel em que o militar estiver recolhido, desde que estejam garantidas a segurança do Conselho de Justiça, do membro do Ministério Público, bem como a presença do defensor e a publicidade do ato.
- D. () A oitiva de testemunha no curso do processo penal militar, que resida no interior do Estado de Minas Gerais, será realizada por meio de carta precatória, não sendo suspenso a instrução criminal. Não havendo juízo militar no local onde a testemunha resida, poderá a carta precatória ser expedida ao juízo criminal comum da comarca do local.

25ª QUESTÃO — Um Aspirante a Oficial, com menos de três anos de efetivo serviço, consumou o crime de deserção, após ausentar-se, sem licença da autoridade competente, por mais de oito dias do quartel no qual estava servindo. Considerando a situação hipotética acima descrita e as disposições do Código de Processo Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Sendo capturado, deverá ser submetido à inspeção de saúde e, verificando a incapacidade definitiva, será isento da reinclusão e do processo, sendo os autos arquivados, após pronunciamento do representante do Ministério Público.
- B. () Consumada a deserção, o Aspirante a Oficial será agregado, fazendo-se publicação, em boletim ou documento equivalente, do termo de deserção e remetendo-se, em seguida, os autos à Auditoria competente. Apresentando-se voluntariamente, ou sendo capturado, permanecerá agregado até o trânsito em julgado.
- C. () A contagem dos dias de ausência, para o efeito da lavratura do termo de deserção, iniciar-se-á a zero hora do dia em que for verificada a falta injustificada do militar.
- D. () Sendo o Aspirante a Oficial capturado ou se apresentado voluntariamente, independentemente de inspeção de saúde, serão encaminhados os autos, em cinco dias, para oferecimento da denúncia, arquivo ou solicitação de diligências por parte do representante do Ministério Público.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26ª QUESTÃO - Sobre o tema competência no processo penal comum, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A competência será fixada, em regra, pelo domicílio do réu.
- B. () Se o réu não tiver residência certa, a competência se fixará pela natureza da infração.
- C. () Nas ações penais exclusivamente privadas, o querelante pode optar pelo foro do domicílio do réu.
- D. () A competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas foram acusadas da mesma infração.

27ª QUESTÃO – Assinale a alternativa INCORRETA quanto as disposições relativas à prova testemunhal previstas no Código de Processo Penal Comum.

- A. () Existem exceções legais ao depoimento prestado oralmente em juízo.
- B. () Todas as pessoas podem ser testemunhas, inclusive o coautor no mesmo processo.
- C. () O juiz poderá permitir à testemunha manifestar suas apreciações pessoais sobre os fatos narrados no depoimento.
- D. () Para a testemunha que não conhecer a língua portuguesa será nomeado um intérprete.

28ª QUESTÃO - Acerca da prisão em flagrante, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Se o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, que o agente praticou o fato sob amparo de excludente de ilicitude, relaxará a prisão do autor.
- B. () A vítima pode, com o auxílio de terceiros, prender o agente do crime sofrido.
- C. () Se houver materialidade e autoria contra o conduzido, a autoridade mandará recolhê-lo à prisão, exceto no caso de livrar-se solto ou de prestar fiança.
- D. () Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante, e também à Defensoria Pública, se o autuado não informar o nome do seu advogado.

29ª QUESTÃO – Sobre a ação penal privada subsidiária da pública, é CORRETO afirmar que:

- A. () Uma vez impetrada, cabe ao Ministério Público manter-se silente durante a instrução processual, sendo-lhe vedado expressamente retomar a ação como parte principal.
- B. () Não é admitida por ser o Ministério Público o titular exclusivo da ação penal pública.
- C. () Por se tratar de um direito fundamental, a ação penal privada subsidiária da pública não está sujeita a prazo decadencial.
- D. () Arquivado o inquérito policial, por decisão judicial, a pedido do Ministério Público, não cabe a ação penal privada subsidiária da pública.

30ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA. A prisão temporária requerida pela autoridade policial durante a investigação de tráfico de drogas pode ser decretada por até:

- A. () Cinco dias, prorrogáveis por igual período.
- B. () Dez dias, prorrogáveis por igual período.
- C. () Trinta dias, prorrogáveis por igual período.
- D. () Trinta dias, vedada a prorrogação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31ª QUESTÃO – “O Direito administrativo é de elaboração pretoriana e não codificado, então, nesse sentido, os princípios representam papel relevante nesse ramo do Direito, permitindo à Administração e ao Judiciário estabelecer o necessário equilíbrio entre os Direitos dos administrados e as prerrogativas da Administração”.

Baseado nessa premissa, contida nos ensinamentos da autora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, com relação aos princípios de direito administrativo, expressos na CR/88 é CORRETO afirmar que:

- A. () Entende-se por princípio da moralidade o princípio que obriga a administração pública a dar transparência aos atos e informações constantes em seus bancos de dados.
- B. () O princípio da legalidade aplica-se tanto aos particulares quanto à administração pública.
- C. () O dever da Administração de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato decorre, especificamente, do princípio da publicidade.
- D. () Apenas a administração pública direta de qualquer dos poderes da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

32ª QUESTÃO - Considerando os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme previsto na Lei nº 8.666/93, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª, e, em seguida, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- | | |
|----------------------------------|---|
| (1) Dispensa de licitação | () Em caso de guerra. |
| | () Aquisição de materiais fornecidos por representante comercial exclusivo. |
| | () Contratação de músico consagrado pela opinião pública. |
| (2) Inexigibilidade de licitação | () Caso de não terem acudido interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. |

- A. () 1 – 2 – 2 – 1
- B. () 1 – 2 – 1 – 2
- C. () 2 – 1 – 1 – 2
- D. () 2 – 1 – 2 – 1

33ª QUESTÃO - JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO (2012, p.104-122) observa que os "elementos" ou, como queiram outros autores, os "requisitos de validade", constituem os pressupostos necessários para a validade dos atos administrativos". Estes atos administrativos emanam de agentes dotados de parcela do Poder Público e possuem características "...que os tornam distintos dos atos privados em geral."

Marque, a seguir, a alternativa CORRETA que cita um elemento do ato administrativo e, em seguida, separado por um traço, um conceito ou uma assertiva que tenha correspondência direta àquele elemento do ato administrativo citado na mesma frase.

- A. () Objeto – Pode consistir na aquisição, no resguardo, na transferência, na modificação, na extinção ou na declaração de direitos, conforme o fim a que a vontade se preordenar.
- B. () Autoexecutoriedade – não depende de autoridade de qualquer outro poder, desde que a lei autorize o administrador a praticar o ato de forma imediata.
- C. () Finalidade – é situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente quando pratica o ato administrativo.
- D. () Forma – é o círculo definido por lei dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.

34ª QUESTÃO - Os atos administrativos emanam de agentes dotados de parcela do Poder Público e, desta maneira, necessitam de estar revestidos de certas características que os distinguem dos atos privados em geral.

Nas assertivas abaixo, que tratam das características dos atos administrativos, marque "V" se for verdadeira ou "F" se for falsa e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- I - A presunção de legitimidade não depende de lei expressa, mas deflui da própria natureza do ato administrativo, como ato emanado de agente integrante da estrutura do Estado.
- II - Na presunção de legitimidade ou de veracidade uma decisão administrativa cria para o administrado obrigações e possibilita a execução imediata.
- III - A presunção de legitimidade é absoluta e intocável, não é relativa.
- IV - Além da autoexecutoriedade, outro efeito da presunção da legitimidade é o da inversão do ônus da prova, cabendo a quem alegar não ser o ato legítimo a comprovação da ilegalidade.

- A. () F, F, V, F.
- B. () V, F, V, F.
- C. () V, V, F, V.
- D. () F, V, F, V.

35ª QUESTÃO – Sabendo-se que a Administração Pública, no exercício de seu poder de polícia, possui prerrogativas de impor limites ao indivíduo em favor do bem-estar coletivo, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que representa a atuação do Estado quando investido dessa atribuição:

- A. () Poder que cabe ao chefe do Poder Executivo da União, dos Estados, e dos Municípios de editar normas complementares à Lei, para sua fiel execução.
- B. () O Poder que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- C. () Poder de editar atos administrativos de efeito interno tais como resoluções, portarias e instruções.
- D. () Atividade da administração pública que cria taxas.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E INSTITUCIONAL

36ª QUESTÃO – O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) assegura à criança e ao adolescente o direito a ser educados sem uso de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina ou educação. Nesse sentido, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Considera-se castigo físico a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.
- B. () Considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que provoque sofrimento físico.
- C. () Considera-se castigo físico a conduta de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com uso da força física sobre a criança ou o adolescente que a ameace gravemente.
- D. () Considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe, ridicularize ou qualquer tipo de ameaça.

37ª QUESTÃO – Sobre o alcance da Lei Estadual n. 14.310/2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), marque a alternativa CORRETA:

- A. () Os militares da ativa e da reserva remunerada estão sujeitos a todas as transgressões disciplinares de natureza grave, média e leve.
- B. () O CEDM se aplica aos militares da ativa e também aos militares da reserva remunerada, nos casos expressamente mencionados no referido Código.
- C. () O CEDM se aplica aos militares da ativa e aos que se encontram em situação de inatividade, ou seja, aos militares da reserva e reformados.
- D. () O CEDM se aplica aos militares inativos, apenas quando estes estiverem na situação de convocados ou designados para o serviço ativo.

38ª QUESTÃO – A respeito da Lei n. 9807/1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo por decisão do juiz de execução penal, em consequência de conduta incompatível do protegido.
- B. () O juiz de direito da causa principal, ouvido o órgão do Ministério Público e a autoridade administrativa executora, decidirá sobre o ingresso do protegido no programa ou a sua exclusão.
- C. () Terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata a Lei n. 9.807/1999.
- D. () Os programas de proteção compreendem, dentre outras, a suspensão definitiva das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar.

39ª QUESTÃO – Sobre a fase preliminar nos Juizados Especiais Criminais, nos termos da Lei n. 9.099/1995, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O não oferecimento da representação, nos crimes de ação penal pública condicionada a representação, até a audiência preliminar, implica decadência do direito.
- B. () Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo devidamente homologado referente à composição dos danos civis não afasta o direito de queixa ou representação, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.
- C. () A imposição da pena restritiva de direitos constará da certidão de antecedentes criminais e terá os mesmos efeitos civis decorrentes de uma sentença penal condenatória.
- D. () Não se admitirá a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas quando, dentre outras situações, ficar comprovado que os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, não indicarem ser necessária e suficiente a adoção da medida.

40ª QUESTÃO – A respeito da “Lei de Acesso à Informação” (Lei n. 12.527/2011), marque a alternativa CORRETA.

- A. () A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou confidencial.
- B. () O acesso à informação compreende, dentre outros, o direito de obter informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- C. () O acesso à informação compreende, dentre outros, o direito de obter informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, vedada a disponibilização de cópias dos projetos.
- D. () A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como secreta, reservada ou confidencial.

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia o fragmento abaixo para desenvolver a proposta de redação.

Como vivíamos sem?

Como era possível viver num mundo sem essas coisas todas que existem hoje?

Alberto Villas — publicado 17/07/2014 12:24

No meu tempo não tinha televisão! Essa frase me perseguiu durante toda a minha infância. O meu pai dizia isso toda vez que percebia uma novidade no ar ou via uma pontinha de progresso entrando pela porta da sala da nossa casa.

Durante décadas e décadas, ouvimos que quando ele era menino, o sucesso era um rádio GE que ficava no saguão do hotel do seu pai, meu avô. Era dali que saíam as notícias da guerra, a sonoplastia bizarra das radionovelas, a voz de Aracy de Almeida cantando “Palpite Infeliz” e os gritos de gol de Oduvaldo Cozzi.

O meu pai parecia se orgulhar de ter vivido num mundo sem televisão. Quando os seus filhos se reuniam para ir ver “Os Jetsons” na casa da vizinha, ele achava que o mundo estava acabando, que aquela invenção era a maldição do século, século passado. (...)

Vivíamos sem micro-ondas, por exemplo. A comida era esquentada uma a uma no fogão. No meu tempo não tinha protetor solar. A lembrança que tenho dos nossos verões na Cidade Maravilhosa é de bolhas no corpo inteiro e muito Caladryl.

Fui revelando para eles que não havia celular, apenas um telefone preto e fixo que ficava geralmente na sala. Não havia supermercado, as compras eram feitas em mercadinhos e se você quisesse um quilo de feijão, tinha que pedir ao vendedor. (...)

Contei que no meu tempo não tinha controle remoto e nós ficávamos esperando alguém levantar para pedir.

- Aproveita que está de pé e muda o canal!

Não havia leite longa vida. Comprávamos leite todo dia e colocávamos pra ferver logo, porque senão azedava rapidinho. Imagine que não havia cerveja em lata, só em garrafas de vidro e das grandes. Acredita que vivíamos sem código de barra?

Não havia cartão de crédito, nem caixa eletrônico. Se precisasse de algum dinheiro, era preciso ir ao banco, enfrentar uma fila enorme, entregar o cheque para o caixa, esperar ele ir lá dentro conferir o saldo e a assinatura numa ficha de cartolina. (...)

Não havia compra pela Internet. Em Belo Horizonte, a minha mãe ligava pra Drogaria Araújo e o cara vinha de fusquinha trazer o Benzetacil. Aquilo era o progresso, o começo de tudo.

Numa outra palestra no interior de Minas Gerais, quanto mais eu ia enumerando coisas que não havia no meu tempo de jovem, mais velho ia me sentindo. Quando eu fui explicando que vivíamos sem Instagram, sem Easy Taxi, sem e-mail, sem Google, sem Facebook, sem tudo isso, uma jovem levantou o dedo e perguntou:

- Não tinha Netflix?

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-viviamos-sem-6936.html>> Acesso em 19/07/2014.

2. Tendo em vista o fragmento apresentado e suas informações, redija um texto **dissertativo-argumentativo**, sobre o tema: **“As legalidades e ilegalidades da era digital para os policiais militares”**.
3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.
4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.
5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.
6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.
7. **DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO**, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.
8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.
9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.
10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.
11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção, **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS**.
12. **Será atribuída nota zero à redação:**
 - a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;
 - b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;
 - c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;
 - d) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
 - e) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;**
 - f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

-----corte aqui-----

GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	